

ATA - TRE/PRE/CDTI

Objetivo: Reunião ordinária CDTI

Local: sala da Secretária de TI

Data: 24/07/2025

Hora de início: 14:07

Hora de término: 15:08

Participantes:

- Hardy Waldschmidt - Diretor-Geral
- Luiz Antônio Domingos de Oliveira - SJ, em exercício
- Luciana Aguiar - STI
- Rúbia Baccin Corso - representando a SGP
- Fádía Sayd Carvalho Sabala - representando a SAOF
- Andressa Abel Anselmo Gonçalves Nina Júnior - representando a SVPC
- Marcelo de Freitas Machado - COPEG
- Nélide Cristina Xavier Letteriello - ASJES
- Antônio Mendes Barata Segundo - ATSIC (presente durante a apresentação do item 1 da pauta - Política de Alteração de Senhas)
- Fabiana Saliba Pereira Ramalho - AGTI

Assuntos Tratados

1. Segurança da Informação: Política de Alteração de Senhas
2. PDTIC: apresentação indicadores 1º semestre
3. iGovTIC-JUD: resultado preliminar
4. Extra - novos crachás

Memória da reunião

O Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Deu boas-vindas à servidora Nélide Letteriello, representante da ASJES, a qual estava participando de reunião do comitê pela primeira vez na condição de integrante. Ainda, apontou que essa era a primeira reunião após a alteração do cargo de governança de TI.

Em seguida, passou a palavra para a Secretária de TI, Luciana Aguiar. A Secretária cumprimentou a todos e, dando prosseguimento, passou a palavra para a representante da AGTI, Fabiana Ramalho, para que fosse dado início à exposição dos assuntos da pauta.

Fabiana abordou as novas alterações na estrutura do tribunal, decorrentes da publicação da Resolução 865, com vigência a partir de 1º de julho. Essas mudanças incluíram a criação da ATSIC - Assessoria Técnica de Segurança da Informação e

Cibernética, designando Antônio Barata para a função, e o retorno da Assessoria de Governança de TI para a STI. Dando continuidade, iniciou-se a exposição do primeiro item da pauta.

Segurança da Informação: Política de Alteração de Senhas

- Antônio Barata apresentou uma demanda para o CDTI sobre a política de alteração de senhas, a fim de atender o disposto na Resolução 861 TRE/MS. A sugestão da equipe foi de realizar a alteração a cada 120 dias, antes do fechamento de cadastro e do período eleitoral, para aumentar a segurança diante das vulnerabilidades existentes na rede. Além disso, a nova política exigiria senhas de 12 caracteres, ao invés dos 8 caracteres mínimos anteriores, e o uso de caracteres especiais e maiúscula e minúscula
- Marcelo Machado questionou se seria necessário ajustar mais de uma senha e Antônio Barata respondeu que a senha que terá que ser alterada é aquela de acesso à rede da Justiça Eleitoral (padrão de usuário nome.sobrenome@tre-ms.jus.br)
- Luciana ressaltou que as senhas são de uso pessoal, restritivo e intransferível, e que já foram detectadas situações de compartilhamento de senhas, especialmente em cartórios, o que levou a bloqueios e dificuldades de acesso dos usuários
- Andressa sugeriu que a Corregedoria encaminhe ofício para notificar os cartórios e juízes eleitorais acerca da mudança
- Fabiana mencionou que o assunto foi apresentado ao CETI em reunião anterior e que o comitê de gestão de TIC sugeriu que a ASCOM faça uma comunicação para alertar sobre a mudança de senhas; a servidora indicou também que há possibilidade de exclusão de determinado público da política (ex.: magistrados), mas que a política de gestão de acessos prevê que todos os usuários da rede estão sujeitos às normas previstas
- Nélide comentou sobre a necessidade de frisar que não adianta trocar a senha antes da data definida
- em seguida, foram discutida a data a partir da qual a mudança de senha para os novos critérios será obrigatória:
 - Antônio Barata sugeriu uma data anterior ao dia 05 de agosto, pois a partir dessa data o principal técnico responsável estará de férias
 - após discussão sobre a viabilidade de uma sexta-feira ou segunda-feira, considerando a necessidade de suporte técnico e o suporte aos magistrados, a data final deliberada para a alteração de senhas foi 30 de julho
- concluídos os apontamentos, o CDTI realizou as seguintes deliberações:
 - data para entrada em vigor da nova política de alteração de senha: 30 de julho
 - público-alvo: todos os usuários da rede
 - comunicação aos usuários: envio de e-mail, ofício da Corregedoria e notícia na Intranet

Concluído este item da pauta, o servidor Antônio Barata foi liberado e se retirou da

reunião.

PDTIC: apresentação indicadores 1º semestre

- a apresentação dos indicadores do PDTIC do primeiro semestre de 2025 foi feita de forma concisa, focando no quadro geral e nos principais pontos de atenção. Um link para o detalhamento completo dos indicadores foi enviado previamente por e-mail
- alguns indicadores superaram a meta, enquanto outros não atingiram. Um ponto crítico é a execução do plano de transformação digital, que impacta o iGovTIC-JUD. Atualmente, poucas ações do plano estão em andamento, e uma delas ainda não foi iniciada. A revisão do PDTIC no segundo semestre será crucial para reavaliar as datas e ações, visando evitar prejuízos no próximo ano
- as reuniões do CDTI superaram a meta de 100% no primeiro semestre devido a uma reunião extraordinária motivada pela antecipação do iGovTIC-JUD
- outro indicador comentado foi o índice de demandas atendidas, o qual alcançou 40%, um valor que pode parecer baixo, mas não é preocupante. Fabiana explicou que isso ocorreu porque, no período de abril a junho, o EP/STI recebeu um grande número de propostas de projetos (PIPs), e a conclusão de projetos foi menor em comparação com o volume recebido, impactando a proporção ideal de 100%
- a apresentação completa, com o quadro detalhado de cada indicador, está disponível na apresentação que compõe a ata da reunião.

iGovTIC-JUD: resultado preliminar

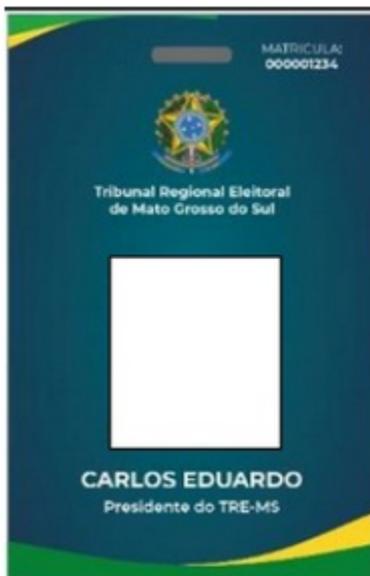
- Fabiana apresentou os resultados preliminares do iGovTIC-JUD, divulgados pelo CNJ, onde o tribunal obteve 89,68%, atingindo o nível aprimorado em governança, mas ficando ligeiramente abaixo da meta de 90% para o nível de excelência
- foram identificadas três questões que impactaram a pontuação: a comprovação do percentual de servidores efetivos nas funções gerenciais de TIC, a análise de rotatividade de servidores efetivos de TIC, e a revisão de processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC
- a servidora informou que até o dia 8 de agosto, irá reenviar as informações das duas primeiras questões reprovadas, as quais são atendidas pelo TRE e carecem de pequenos ajustes para se adequarem ao critério exigido esse ano
 - no caso da questão de funções gerenciais, será necessário reenviar a planilha-modelo porque o CNJ indicou que não se deve listar os cargos em comissão, mas tão somente as FCs
 - no caso da questão de análise de rotatividade, o CNJ indicou que a descrição da resposta deverá citar expressamente caso não tenha havido saída de servidor em algum ano dentro do período compreendido para a análise
- Fabiana informou ainda que, caso as duas questões sejam aprovadas após a fase de ajustes, o TRE irá atingir 93,33%, garantindo o nível de excelência e um acréscimo em relação ao ano anterior
- Luciana pontuou que Fabiana, juntamente com Alexandre e outros servidores

envolvidos (especialmente na SGP e SAOF/CRM) trabalharam intensamente para produzir as evidências num curto espaço de tempo

- Fabiana lembrou que foi necessário lidar com as mudanças nos requisitos, que incluíram planilhas complexas, como a de contratações. Houve mudança no escopo das evidências, com novo manual apresentado na semana final das entregas e ainda a disponibilidade de novas versões das planilhas-modelo na antevéspera do prazo final para submissão dos arquivos
- esse esforço resultou em um resultado extremamente positivo, apesar das dificuldades; a servidora espera que a nova etapa de ajustes conclua o trabalho de forma adequada, com o atingimento do nível Excelência esperado.

Extra - novos crachás

- Fabiana introduziu o tema dos novos crachás, uma novidade não prevista na pauta, relacionada ao novo sistema de outsourcing de impressão. Os novos crachás precisarão de tecnologia RFID para liberar impressões nas novas máquinas, o que exige a confecção de todos os crachás e abre oportunidade para um novo layout e dados atualizados
- a CITIS solicitou que a ASCOM e COPES indicassem nova proposta de layout e dados, respectivamente, e Luciana apresentou um protótipo de crachá impresso com os dados repassados pela COPES à ASCOM
- em seguida, houve uma discussão sobre quais informações deveriam constar nos crachás, como o cargo efetivo em vez do cargo ocupado ou função e a deliberação foi para incluir o cargo efetivo
- quanto ao layout: o CDTI optou pelo layout do crachá impresso, excluindo-se apenas a faixa vertical com os dizeres Justiça Eleitoral
- foi levantada a questão das fotos nos crachás, com a sugestão de aproveitar as fotos existentes no banco de dados (as mesmas usadas no Busca Ramal e IMO), mas também a possibilidade de oportunizar aos servidores a atualização de suas fotos, definindo um prazo e padrão para isso. Luciana informou que a CITIS pode verificar com a COPES como operacionalizar a atualização das fotos antes da impressão
- sobre a unidade responsável pela aprovação final dos novos crachás: Fabiana comentou que a ASCOM e COPES fizeram a sugestão do novo modelo, mas que é importante uma instância superior dar o parecer final; o CDTI concluiu que a área responsável por escolher o modelo final dos crachás seria o próprio comitê, pois conta com representantes de todas as áreas estratégicas do órgão
- concluídos os apontamentos as deliberações finais do CDTI sobre o item foram:
 - quanto ao layout:



- o
- o quanto aos dados: os mesmos constantes do crachá impresso apresentado (com o cargo efetivo)
- o quanto ao início da confecção dos novos crachás: a COPES deve oportunizar que os usuários atualizem novas fotos para que depois a CITIS inicie a produção dos crachás; as unidades deverão trocar informações sobre o cronograma
- o quanto à unidade responsável por aprovar o novo modelo: o próprio CDTI

Conclusão

Finalizada a exposição dos assuntos da pauta, Fabiana informou que a próxima reunião do Comitê será no dia 21/08, a qual deverá ser realizada na sala de treinamento do prédio-sede.

Em seguida, a Secretária de TI, Luciana Aguiar, agradeceu a participação de todas as unidades e ratificou o agradecimento à AGTI acerca do trabalho realizado no iGivTIC-JUD.

O Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, também parabenizou a STI pelo trabalho no iGov, ressaltando o bom resultado mesmo com muitas alterações em cima da hora. Em seguida, informou que no dia 20 de agosto ocorrerá a premiação do Ranking da Transparência, e que o TRE/MS novamente obteve 100%, chegando ao primeiro lugar junto a alguns outros tribunais do país. O Diretor-Geral comentou que o resultado indica que cada área faz a sua parte no órgão e que a expectativa de resultado no Prêmio Qualidade do CNJ é novamente a obtenção do selo Diamante.

Finalmente, o Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Deliberações

1. Segurança da Informação: Nova Política de Alteração de Senhas

- **Data de Início:** A nova política entrará em vigor a partir de **30 de julho**.
- **Público-Alvo:** A mudança será obrigatória para **todos os usuários** da rede da Justiça Eleitoral (usuário no formato nome.sobrenome@tre-ms.jus.br).
- **Novos Requisitos:** As senhas deverão ter no mínimo **12 caracteres**,

incluindo letras maiúsculas, minúsculas e caracteres especiais, com troca obrigatória a cada 120 dias.

- **Comunicação:** A mudança será comunicada aos usuários por meio de **e-mail, um ofício da Corregedoria e uma notícia na Intranet.**

2. PDTIC: Apresentação dos Indicadores do 1º Semestre A apresentação dos indicadores do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) foi realizada de forma concisa.

- **Deliberação Principal:** Não houve uma deliberação formal, mas foi destacado como ponto crítico a baixa execução do plano de transformação digital. A **revisão do PDTIC no segundo semestre** foi apontada como crucial para reavaliar metas e evitar prejuízos futuros.

3. iGovTIC-JUD: Análise do Resultado Preliminar O tribunal alcançou 89,68% no iGovTIC-JUD, atingindo o nível "aprimorado". Para alcançar o nível "excelência" (acima de 90%), foi deliberado o seguinte:

- **Ação Corretiva:** Foi aprovado o reenvio de evidências ajustadas ao CNJ até o dia **8 de agosto** para duas questões que impactaram a nota. Se as correções forem aceitas, a expectativa é que a pontuação suba para **93,33%**.

4. Extra: Definição dos Novos Crachás Devido à necessidade de tecnologia RFID para o novo sistema de impressão, o comitê deliberou sobre o modelo dos novos crachás:

- **Layout:** Foi aprovado o layout do protótipo apresentado, com a **exclusão da faixa vertical** com os dizeres "Justiça Eleitoral".
- **Dados:** Os crachás deverão conter as mesmas informações do protótipo, especificando o **cargo efetivo** do servidor.
- **Produção:** Antes do início da confecção pela CITIS, a COPES deverá **oportunizar aos servidores a atualização de suas fotos.**
- **Aprovação Final:** O **próprio CDTI** será a instância responsável pela aprovação do modelo final.

A apresentação que serviu de guia para a reunião está registrada neste processo sob evento nº 1894822, assim como a apresentação relacionada à política de alteração de senhas (doc. 1894823).

Próximos passos

- Próxima reunião CDTIC
 - Quando: **21-08-2025 às 14h**



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS MACHADO, Coordenador**, em 25/07/2025, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RÚBIA REGINA BACCIN CORSO, Coordenadora**, em 25/07/2025, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor-Geral**, em 25/07/2025, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA ABEL DA SILVA, Secretária em substituição**, em 25/07/2025, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁDIA SAYD CARVALHO SABALA, Coordenadora**, em 25/07/2025, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, Secretário em substituição**, em 25/07/2025, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA SALIBA PEREIRA RAMALHO, Analista Judiciário**, em 28/07/2025, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA JUCINEIRE VIEIRA DE AGUIAR, Secretário**, em 28/07/2025, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NÉLIDA CRISTINA XAVIER LETTERIELLO LENHARO, Assessora**, em 18/08/2025, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO MENDES BARATA SEGUNDO, Técnico Judiciário**, em 20/08/2025, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1894811** e o código CRC **263FE486**.

